

A PÁTRIA BRASILEIRA (1)

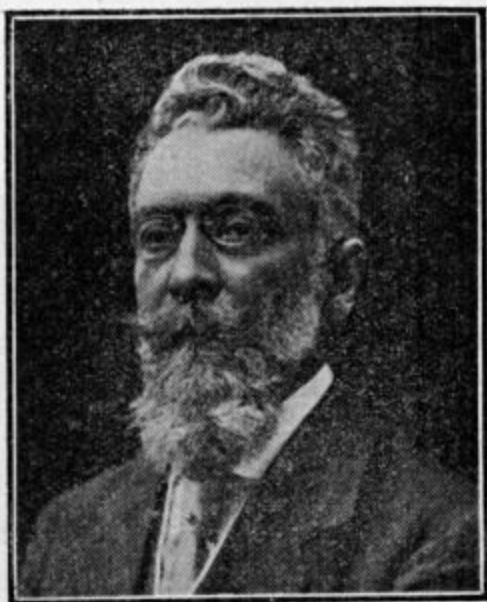
RÁPIDO ESBÔÇO DA SUA EVOLUÇÃO POLÍTICA,
SOCIAL E ECONÓMICA

EX.^{mo} SR. VICE-REITOR DA UNIVERSIDADE (2);

EX.^{mo} SR. PRESIDENTE DO INSTITUTO;

MEUS SENHORES :

Convidado pelo ilustre presidente do Instituto de Coimbra e sábio professor desta Universidade, o meu Ex.^{mo} amigo, Dr. Costa Lobo, a vir aqui realizar uma conferência em continuação à série das que o Instituto ultimamente organizou, e, sendo-me concedida a escolha do tema a versar, será o Brasil, onde durante vinte anos residi e ao qual tantos laços me ligam, que constituirá o assunto desta minha conferência. Mas sendo, para tão vasta matéria, bem



DR. BETTENCOURT RODRIGUES

(1) Esta conferência faz parte de uma série das que o Instituto de Coimbra promoveu e que têm sido realizadas na Sala dos Actos Grandes da Universidade de Coimbra.

(2) Dr. Mendes dos Remédios, que me deu a honra de presidir a esta minha conferência.

escasso o tempo de que disponho, é claro que, falando-vos do Brasil, eu me limitarei, depois de vos dar uma muito sumária idea do que seja o seu território e a gente que nêle habita, a indicar-vos, não menos fugidamente, e apenas nas suas linhas de maior relêvo, as sucessivas fases da sua evolução política, social e económica.

Meus senhores, ao entrar agora no assunto, eu começarei por vos dizer que sôbre um facto primordial, como é o do descobrimento do Brasil, ainda hoje se discute, e muito se tem discutido, para se apurar qual deva ser a sua verdadeira data aniversária — se a de 3 de Maio, estabelecida pela tradição, se a de 22 de Abril, que é a do dia em que Pedro Álvares Cabral avistou a terra. Há também os que, procurando conciliar essas duas datas, dizem que, feita a correcção exigida pela reforma operada no calendário pelo papa Gregório XIII, o dia 22 de Abril passaria a ser o dia 3 de Maio. Mas isto contestam alguns outros, alegando que a reforma gregoriana, sendo de 1582, e portanto muito posterior ao descobrimento, não pode ser a êste applicável; e quando mesmo o fôsse, e feita, neste caso, a devida correcção, nunca o 22 de Abril corresponderia ao dia 3, mas sim ao dia 2 de Maio. Seja porém como fôr, a data oficial, tanto no Brasil como em Portugal, continua sendo, de acôrdo com a tradição, o dia 3 de Maio.

O Brasil, meus senhores, descoberto e colonizado por portugueses e que a 7 de Setembro de 1822, rompendo os últimos laços que ainda o prendiam à metrópole, proclamou a sua definitiva independência, é hoje um dos mais ricos, dos mais prósperos e dos maiores países do mundo. O quarto pela sua extensão territorial.

Só o excedem a China, os Estados-Unidos do Norte e a Rússia europeia e asiática. Ocupa uma superficie de oito milhões quinhentos e tantos mil quilómetros quadrados, quasi metade da América do Sul; quatro quintos da superficie total da

Europa. Confinar com todos os países da América do Sul, excepto o Chile e o Equador, e a sua orla marítima estende-se sobre o Oceano Atlântico, numa extensão de seis mil seiscentos e tantos quilómetros. É o Brasil quinze vezes e meia maior que a Alemanha, dezasseis vezes maior que a França, trinta vezes maior que a Itália, umas cem vezes maior que Portugal e 290 vezes maior que a Bélgica. Tomando como base do cálculo a densidade da população, nalgumas das principais nações da Europa, o Brasil poderia abrigar, comparado com a França, uma população de 622 milhões de habitantes; com a Alemanha, 955 milhões; com a Itália, um bilião e vinte e três milhões; com a Bélgica, dois biliões e 140 milhões.

Este cálculo, bem entendido, visa apenas a sua capacidade total, sem atendermos às condições de habitabilidade das suas diferentes zonas. Mas ainda assim, feitas tôdas as deduções, o Brasil é susceptível de vir ainda a ter uma população de uns quatrocentos milhões de habitantes.

Possui o Brasil o maior rio do mundo, o Amazonas, que, depois de um percurso de cinco mil quinhentos e tantos quilómetros, se dilata e avoluma atingindo, na sua foz, trezentos quilómetros de largura. Entre os seus dois extremos graus de latitude, 5° 9' 40" ao norte e 33° 0' 45" ao sul, apresenta o Brasil os mais diversos climas e os mais variados aspectos na sua estrutura geológica, na configuração do seu solo, na sua flora, na sua fauna e no pitoresco das suas paisagens, desde o vale à montanha, desde a zona marítima até aos sertões do interior.

Do seu sistema orográfico destacam-se montanhas elevadíssimas cujos cimos, como o do Itatiaya, chegam a atingir mais de dois mil metros de altitude.

Geograficamente, pode-se dizer que o Brasil é constituído por um grande planalto cercado de terras baixas. Este planalto, que se acha ligado à cordilheira dos Andes por uma linha de pequeno relêvo, prolonga-se pela região de Mato

Grosso, descendo suavemente até nivelar-se com os plainos alagadiços do Amazonas.

As depressões que o rodeiam são, ao norte, a depressão do vale amazónico, a oeste a do Paraguai-Paraná. Ao sul, os campos rio-grandenses; e, a oriente, a costa marítima. O máximo relêvo do planalto é na região meridional (Rio, S. Paulo, Paraná), onde desce quasi a prumo sobre o Oceano, constituindo a chamada Serra do Mar, de 800 a 900 metros de altitude. De cada lado de uma linha divisória, cortando o planalto quasi a meio da sua maior dimensão norte-sul, os rios dirigem-se, uns para o norte, outros para o sul. Os primeiros, com excepção do S. Francisco, do Paranaíba de alguns outros de menor importância, vão desaguar no Amazonas, cujas águas engrossam a ponto de constituírem êsse enorme estuário, a que já tive ocasião de aludir. Os outros, Paranapanema, Rio Grande, Tiété, reúnem se para formarem o Rio da Prata. Os primeiros, incluindo o rio S. Francisco, apresentam esta particularidade interessante, que é a de dirigirem-se todos para o interior, como se nascessem no mar; e é assim, como estradas movediças, que êles serviram de primeiro veículo ao povoamento do sertão. O rio Tiété, ao sul, deu a principal directriz nesse domínio do solo.

E tal é, meus senhores, esboçada a rápidos e fugidios traços, a hospitaleira e maravilhosa terra, certamente destinada, como já o prevê Paul Doumer, a vir a ser um dia o refúgio da civilização latina.

Vejamos agora a marcha do seu povoamento e os principais factos relativos à sua lenta, mas inteligente, obstinada e trabalhosa colonização.

A primeira viagem de exploração, destinada a tomar contacto com o indígena e a reconhecer-lhe o território, realizou-se em 1501, um ano depois do descobrimento. Mas só trinta anos depois, em 1530, já no reinado de D. João III, é que a metrópole se decide a acudir à nova colónia, quasi

esquecida e abandonada, enviando-lhe uma nova esquadra, capitaneada por Martim Afonso de Sousa. Depois de ter percorrido grande parte da costa brasileira, aprisionado algumas naus francesas, à altura de Pernambuco, continua a esquadra o seu rumo até ao Rio da Prata, de onde regressa para fundear em S. Vicente, onde Martim Afonso de Sousa cria um primeiro núcleo de povoamento em terras do Brasil. Isto em 1532. E, dentre as muitas e estonteantes surpresas que estavam reservadas ao destemido e esforçado capitão, nenhuma que tanto pasmo e assombro lhe causasse como a de ali encontrar, nessas tão remotas e inexploradas paragens, vindo, ninguém sabe como nem quando, um seu genuíno compatriota, João Ramalho, português dos quatro costados, e que, acasalado com a filha de um chefe de várias tribus indígenas, há muitos anos ali vivia, êle e a sua já numerosa prole, em excelentes relações com os selvícolas. E a influência, que sôbre estes exercia, de muito valeu a Martim Afonso, nos seus primeiros ensaios de colonização. Consta que morrera centenário; e, como de 1492 (descoberta da América) até 1532 (chegada de Martim Afonso a S. Vicente) medeiam apenas 40 anos, há quem se julgue com razões para supor que João Ramalho tenha chegado ao Brasil antes de Cristóvão Colombo ter chegado à América, e que seria êle portanto, e não Colombo, o verdadeiro descobridor do Novo Continente. Pena é que sôbre êsse nosso tão singularíssimo compatriota não tenha chegado até nós, em vez das lendas mais ou menos extravagantes que sôbre êle correm, mais completas e verídicas informações.

Mas prossigamos. No intuito de assegurar mais eficazmente a defesa e posse da colónia e favorecer o seu povoamento, é o Brasil dividido em 12 capitanias — grandes tratos de território de muitas léguas de extensão sôbre a costa marítima, mas dilatando-se para o interior — e sôbre as quais os seus respectivos donatários exerciam um senhorio verda-

deiramente feudal. A Martim Afonso fica desde então pertencendo a mais importante de tôdas, a capitania de S. Vicente, a cujo desenvolvimento êle dá um primeiro e forte impulso. Há, todavia, os que sustentam ter sido um êrro o regimen das capitanias, sem atenderem, como demonstra o eminente publicista brasileiro, Oliveira Viana, que «a fatalidade geográfica, isto é, a latitude excessiva do território, destituído de meios prontos de transporte, pondo entre os vários núcleos de povoação distâncias insuperáveis, não permitia outro sistema de govêrno senão o da fragmentação do poder para assegurar a defesa e facilitar a administração». (F. J. Oliveira Viana, *A Evolução do povo brasileiro*.)

Mas se êste sistema do enfeudamento era o que ao princípio se impunha como o único eficaz para ir desde logo garantindo a posse do território e dar início ao seu povoamento e colonização, o que foi nesses primeiros tempos, como diz o muito erudito e ilustre historiador, João Ribeiro, «a salvação da Colónia» (*Historia do Brasil*), também é certo que a grande extensão das capitanias e o isolamento em que viviam umas das outras, numa quási completa autonomia política e administrativa, o que poderia mais tarde contribuir para a sua definitiva desagregação, acabaram por mostrar a necessidade de uma acção coordenadora, que, restringindo os ilimitados poderes dos donatários, entre as capitanias estabelecesse os indispensáveis laços de independência e solidariedade. E foram estas as razões que levaram D. João III a criar em 1549, o cargo de governador geral do Brasil, sendo nêle provido Tomé de Sousa, que funda ao norte a cidade de S. Salvador da Baía.

Tinha assim o Brasil os seus dois principais núcleos de povoamento, um ao norte, S. Salvador, e outro ao sul, S. Vicente, perto do local onde é hoje a cidade de Santos, fundada por Brás Cubas, um dos companheiros de Martim Afonso.

Mas a marcha do povoamento foi ao norte bem diversa do que foi ao sul. «O colono nortista, nas entradas para o oeste ou para o sul — diz Euclides da Cunha no seu admirável livro, *Os Sertões* — batia logo de encontro à natureza antagónica. Refluía prestes ao litoral sem o atrevimento dos dominadores, dos que se sentem à vontade numa terra amiga, sem as ousadias derivadas da própria atracção das paragens opulentas e acessíveis». Por isso o movimento de penetração, ao norte do Brasil, foi lento, esparso e parcelado, tanto mais que a gente do litoral tinha de defender a costa contra os ataques do estrangeiro: aventureiros, piratas e corsários.

«Apertados entre os canaviais da costa e o sertão, entre o mar e o deserto, num bloqueio agravado pela acção do clima, os colonos perderam todo o aprumo e este espírito de revolta, eloqüentíssimo, que ruga em tôdas as páginas na história do sul».

Não assim na costa meridional, onde aportou Martim Afonso. Ali o forasteiro, comprimido entre a serra e o mar, galgou célere a montanha, e, organizadas as primeiras «bandeiras», parte à conquista do sertão.

Esta penetração do interior em que os primeiros colonos descem, como uma catadupa, do alto da montanha para invadirem, através de todos os perigos, o sertão inóspito, constitui, meus senhores, uma das mais empolgantes epopeias, que marcam o início da formação de uma nacionalidade. Estão ao nível de tão altos feitos, descrevendo-os, algumas páginas do bellissimo livro de Euclides da Cunha, das quais destaco o seguinte trecho:

«Os homens do sul irradiam pelo país inteiro. Abordam as raias extremas do Equador. Seguiam sucessivas, incansáveis, com a fatalidade de uma lei, porque traduziam, com efeito, uma queda de potenciais, as grandes caravanas guerreiras, vagas humanas desencadeadas em todos os quadrantes, invadindo a própria terra, batendo-a em todos os pontos,

descobrimdo-a depois do descobrimento, desvendando-lhe o seio rutilante das minas».

.....
 «Quando as correrias do bárbaro ameaçavam a Baía, ou Pernambuco, ou a Paraíba, e os quilombos se escalonavam pelas matas, feitas últimos refúgios do africano revoltoso — o sulista surgia como o debelador clássico dêsses perigos, o empreiteiro predilecto das grandes hecatombes».

Dignas de figurarem ao lado dêste eloqüente trecho de prosa, vou agora dizer-vos, referentes ao mesmo assunto, algumas estrofes do grande poeta brasileiro, Olavo Bilac, e que, pelo vigor da descrição, pelo encanto da frase e pela sonoridade do ritmo, constituem uma das mais puras jóias da literatura brasileira. São do poemeto *O caçador de esmeraldas*, — episódio da epopeia sertanista no século xvii:

«Verde sonho!... É a jornada ao país da Loucura!
 Quantas bandeiras já, pela mesma aventura
 Levadas em tropel, na ânsia de enriquecer!
 Em cada tremedal, em cada escarpa, em cada
 Brenha rude, o luar beija à noite uma ossada,
 Que vêm, a uivar de fome, as onças remexer...

Que importa o desamparo em meio do deserto,
 E essa vida sem lar, e êsse vaguear incerto
 De terror em terror, lutando braço a braço
 Com a inclemência do céu e a dureza da sorte?
 Serra bruta! dar-lhe hás, antes de dar-lhe a morte,
 As pedras de Cortez que escondes no regaço!

.....
 Nesse louco vagar, nessa marcha perdida,
 Tu foste, como o sol, uma fonte de vida:
 Cada passada tua era um caminho aberto!
 Cada passo mudado, uma nova conquista!
 E enquanto ias, sonhando o teu sonho egoísta,
 Teu pé, como o de um Deus, fecundava o deserto!»

Diz-nos o poeta, nessas magníficas estrofes, o que foi a epopeia do povoamento do sertão brasileiro, cujos pioneiros, suplantando o selvagem, acabaram por dominá-lo e escravizá-lo. E assim se encontraram, mesclando-se no ósculo brutal de um primeiro contacto, os dois primeiros elementos constitutivos do povo brasileiro — o português invasor e o índio autóctone. O produto dêsse cruzamento, o *mameluco*, ou *cariboca*, encontramos-lo em todo o interior do Brasil, com as suas excepcionais qualidades de coragem, de resistência e de amor ao solo natal, sob as enganadoras aparências de um organismo franzino, submisso e indolente. É vê-lo como se apruma e afoita, no desagravo de uma afronta, na defesa de um direito, ou quando um perigo, por maior que seja, o ameaça e estimula.

Juntem-se a isto as qualidades atávicas do português aventureiro, inteligente e audaz, e digam-me que melhor fermento de uma nacionalidade em gestação?

O terceiro elemento que interveio na formação do povo brasileiro — o negro africano — limitou-se quasi que exclusivamente à costa norte, em Pernambuco, Maranhão e Baía. Ali se confinou nas plantações de açúcar, determinando, nessas regiões, um cruzamento bem diverso do que se efectuava nas zonas do interior. Por isso o mulato é em muito maior número no litoral; enquanto que o *cariboca*, ou *caboclo*, é muito mais freqüente no interior, desde os campos do Rio Grande até aos plainos do Amazonas.

Aludindo à resistência, coragem e impetuosidade dêstes últimos, disse-me há alguns anos, em S. Paulo, o coronel Balagny, que chefiou a primeira missão militar francesa para instrução da força pública, e que bem de perto os conheceu, como soldados: *Qu'ils sont superbes, ces braves soldats. Je voudrais bien les voir au feu.*

Quanto ao elemento negro, não se julgue que o sangue que êle tenha infiltrado nos seus produtos de mestiçagem,

seja necessariamente um factor de declínio moral e intelectual, e portanto nocivo ao progresso brasileiro.

Num interessantissimo livro — *South American Observations and Impressions* — em que estuda a acção que a mistura das raças poderá exercer na população do Brasil, diz um notável publicista inglês, James Bryce, que, tanto quanto é possível julgar-se por alguns casos notáveis, a mistura do sangue negro com o branco não acarreta fatalmente o abaiamento do nível intelectual, e que as ideas teóricas, muito dogmáticamente emitidas sobre este assunto, devem ser postas de lado, em virtude das provas em contrário.

E acrescenta:

«Se o Brasil tropical pode sofrer com a infiltração de um elemento cuja fibra moral é fraca, pode por outro lado neutralizar o efeito dessa infiltração, visto como o sangue de uma raça superior acaba sempre por dominar nos cruzamentos. O mestiço tende etnicamente a aproximar-se do branco e a afastar-se do negro».

E isto mesmo não o sabemos nós por experiência própria?

Muito e muito menos, é certo, mas muito antes do Brasil, sofremos nós e a Espanha, ao iniciarmos o tráfico da escravatura, em África, uma verdadeira invasão de negros.

Em meados do século xvi, eram já tantos, que o nosso Garcia de Rezende julgou a propósito consignar o facto nesta sua interessante quintilha:

«Vemos no reyno metter,
Tantos captivos crescer,
Irem-se os naturaes,
Que, se assim fôr, serão mais
Elles que nós, a meu ver!»

Há sem dúvida um pouco de exagêro nestes versos do bom Garcia de Rezende, porque, mercê de Deus, Portugal, para aumento da sua população, nunca precisou de efectivar

amores com as cativas, como não teve necessidade de que lhe concedessem o que, para o Brasil, pedia, numa carta a D. João III, o jesuíta Padre Nóbrega, isto é, que para lá mandassem bastantes órfãs, ou mesmo mulheres que «fôsem erradas, que tôdas achariam maridos por ser a terra larga e grossa».

A mestiçagem em Portugal foi devida, não tanto a exigências de ordem demográfica, como a uma verdadeira perversão do sentimento estético dos que, à semelhança de Edgar Poë, acharam especiais encantos na tez escura e na plástica de ébano das Vénus africanas. Mas, como em Portugal, há-de o sangue negro acabar por desaparecer no Brasil, ou reduzir-se a uma tão mínima parcela, que seja quási como inexistente. E é o que já actualmente se observa porque, à medida que o coëficiente etnográfico dos negros vai diminuindo, o dos brancos vai em progressivo e rápido aumento, em quási todos os Estados da União, mas muito principalmente nos do Sul, onde o número de mulatos é já hoje reduzidíssimo.

E era êste o resultado a que necessariamente se havia de chegar, tendo cessado há longos anos a escravatura e despejando a emigração europeia, anualmente, no Brasil, milhares e milhares de portugueses, espanhóis, italianos e alemães.

Mas, como já em outra ocasião o disse: a despeito de tôdas essas correntes imigratórias e de todos os muitos e vários cruzamentos que elas determinam, o sangue dos primeiros povoadores e colonizadores continuará sempre agindo, sôbre os outros elementos adventícios, como um inalterável fermento que nêles indelêvelmente fixa os traços mais característicos da raça. Dar-se-hão, é certo, as diferenciações resultantes da acção conjugada e contínua do meio físico e social, mas, através dessas diferenciações, há-de sempre manifestar-se, no correr dos tempos, o tipo inicial, como em

plantas, aparentemente as mais diversas, nos é dado reconhecer pela imutabilidade de certos caracteres, que lhes são comuns, não só a espécie, como o género a que elas pertencem.

Creio não ser outro o pensamento de Graça Aranha ao dizer-nos no capítulo *A Nação*, do seu bellissimo livro *A Estética da Vida*, que «o mesmo carácter de raça anima os dois povos e que a mesma lei de vida funde espiritualmente os dois países». E ainda quando mais adiante nos diz que «o privilégio do Brasil é o de fundir as duas nações: a que vem do passado no sangue português, e a que recebe do ardente meio fisico em que se desenvolve essa transplantação da alma latina. Essas duas forças não se excluem, e enquanto a sua fusão se realiza suavemente e a impulsão americana move sem violência as ideas e a sensibilidade portuguesa, uma vida ardente inflama o imenso país. A terra brasileira eleva-se numa ascensão espiritual.» «Na equivalência do mundo moral e do mundo fisico, no esforço de adaptar a nação à natureza e de a edificar nas mesmas vastas dimensões desta, acha-se a célula primordial de tódia a idealidade brasileira, herdeira de Portugal».

Eu bem sei que nem todos assim pensam, no Brasil, porque alguns há (bem poucos, felizmente) que, renegando a sua nobre ascendência, continuam a lastimar-se de que tenham sido portugueses, e não outros, os que o descobriram e colonizaram, que abriram à civilização o seu vasto e maravilhoso território e que deram, no berço que fomos os primeiros a embalar, a lingua com que se aformoseia a sua já tão opulenta literatura, e que é «de todos os idiomas latinos — como muito acertadamente disse Paul Adam — aquele que melhor conservou as virtudes da lingua-mãe, tanto a civilização parece ter, particularmente, com o solo, penetrado nas almas. E que era de Portugal, do país o mais latino, que a nau de Cabral e de seus companheiros devia partir levando

ao Brasil o essencial dessa energia que lhes fôra transmitida pelos seus antepassados celtiberos e romanos (1).

Mas não celebremos apenas a glória do descobrimento e de quanto fizemos para garantir a posse, porque não menos glorioso e fecundo foi o trabalho inteligente e perseverante do povoamento e colonização. A certificar-nos de quanto foi sãbiamente inspirado o sistema de colonização pôsto em prática pelos portugueses no Brasil, e depois adoptado, como modelo, por outras nações colonizadoras, como a Inglaterra e a Holanda, basta a rapidez com que foram apontando, numa grande extensão da orla marítima brasileira, os diferentes núcleos de povoamento.

«Esboçavam-se já, nos 14 anos que medeiam entre a criação das capitanias e a do govêrno geral da Baía — diz Oliveira Martins — os primeiros lineamentos da futura nação. Erguiam-se ao longo da costa, desde Pernambuco até S. Vicente, os focos de colonização ulterior. Já se viam rudimentos

(1) Quem muito fielmente interpreta o sentimento da quasi totalidade dos brasileiros para com a mãe-pátria, é Miguel Lemos, cultíssimo espirito e nobilíssimo carácter, que foi no Brasil, com Teixeira Mendes, outra não menos culta e austera individualidade, um dos grandes apóstolos do positivismo. No prefácio (pág. III e IV) do seu livro sobre *Luis de Camoens*, escrito em francês a pedido do sábio filósofo, Pierre Lafitte, sucessor de Augusto Comte na direcção do positivismo, traçou Miguel Lemos as seguintes palavras, que, indicando os laços de ordem espiritual e afectiva que devem para sempre ligar as duas nações, bem merecem nunca serem esquecidas:

«Il faut renoncer aux vieux préjugés contre la mère patrie. Il faut nous pénétrer de ce fait que, sociologiquement parlant, les Brésiliens sont Portugais: des liens d'amour et de reconnaissance doivent nous rattacher éternellement à la souche historique d'où nous provenons. Une nation qui ne se reconnaît pas d'antécédents est exposée à se dissoudre, et les appendices américains de l'Occident ont besoin, pour échapper à ce danger, de relier leur naissante histoire aux traditions de leurs ancêtres et d'instituer, sous l'inspiration de la vraie philosophie, le digne culte du passé national».

de cidades e — coisa de-certo fecunda para o progresso futuro — êsses rudimentos apresentavam a fisionomia europeia e não a desordenada e confusa mistura de raças diversas, não a anarquia dissoluta dos estabelecimentos castelhanos, mineiros e não agrícolas, quais eram os do Brasil. Nas duas colónias, então extremas, e que depois vieram a ser o coração dos dois Brasis do século xvii, em Santos, ao sul, e em Pernambuco, ao norte, divisavam-se já os sintomas da primeira época da vida histórica da América portuguesa».

Ao regímen feudatário dos primeiros tempos succede-se umã mais directa intervenção da Coroa, com representantes seus, mesmo na administração da colónia, que é dividida em governos ou províncias e organizada eclesiásticamente, com a criação de bispados e paróquias.

Mas ao lado da acção eficaz da metrópole há a registar o ininterrupto e fecundo trabalho do colono. A produção do açúcar aumenta extraordinariamente, toma um grande desenvolvimento a indústria pastoril, e, mais que tôdas, a da mineração do ouro, que acode milagrosamente a tôdas as exigências da metrópole. Mas o grau de prosperidade a que ia ascendendo a colónia, a fertilidade do seu extensíssimo território, as suas riquezas nativas, o ouro das suas minas, não podiam deixar de atrair, como atraíram, a cobiça do estrangeiro.

E, meus senhores, para manter intacto o seu domínio numa tão distante e dilatada zona, que outra nação pôs, como a nossa, em movimento, uma tão inquebrantável energia e deu ao mundo um tão alto exemplo de tenacidade e heroísmo? Desde o desembarque de Pedro Álvares Cabral até à expulsão dos holandeses, de Pernambuco; invadindo o sertão ou defendendo o litoral, Portugal bateu-se corajosamente, bateu-se com denodo e valentia, sem tréguas e sem descanso, contra o mistério e as surpresas da floresta, contra a hostilidade do clima, contra os ardis e as acometidas do selví-

cola, e, na costa ou sobre o mar, contra as incursões dos piratas, contra as veleidades de conquista de franceses, ingleses, espanhóis, e, finalmente, contra os holandeses em sucessivas guerras, desde 1524 até à paz, assinada em Haia, em 1661. E no ardor e bravura com que os brasileiros ao nosso lado combatiam na defesa de uma terra que lhes era sagrada, porque era a terra em que nasceram, mais se lhes ia, no coração, despertando o sentimento de uma nova pátria.

Esse sentimento, exacerbado pelas violências cometidas por alguns delegados da metrópole, ainda mais se intensifica em todo o decurso do século XVIII, para já então se manifestar nalgumas revoltas contra os portugueses, como a dos *mascates*, em Pernambuco, e a dos *emboadas*, em Minas, até à conspiração mineira, destinada a sacudir o jugo da metrópole e que teve como chefe o alferes José Joaquim da Silva Xavier, alcunhado o *Tira-dentes*. Com o malôgro da conspiração, é Tira-dentes condenado à morte e executado a 21 de Abril de 1792, morrendo no patíbulo, dizem alguns cronistas, «com a perfeita serenidade de um verdadeiro mártir». E, como tal, é ainda hoje a sua memória venerada por todos os brasileiros.

E, no entanto, sob a administração da metrópole ia a colónia atingindo um extraordinário grau de desenvolvimento, de riqueza e progresso, não só no que respeita à mineração do ouro, à criação do gado e à indústria açucareira, como a algumas novas e rendosas culturas, como a dos cereais, do anil, do algodão, etc.

Em 1763 é o Brasil elevado à categoria de vice-reino, e da Baía é transferida a capital para o Rio de Janeiro, onde, além de muitos outros melhoramentos, são construídos dois arsenais, o de guerra e o de marinha. E, a-par destes notáveis progressos de ordem material, começa ao mesmo tempo a notar-se, como brilhante afirmação da intelectualidade bra-

sileira, um intenso movimento literário, que vai desde a *História da América portuguesa*, de Sebastião da Rocha Pita, até as mordentes sátiras de Gregório de Matos; desde as farsas e comédias do judeu António José da Silva, «cujo chiste vigoroso e habilidade na invenção dos enredos» foram tão merecidamente celebrados por Ferdinand Wolff, até Basílio da Gama, notável autor de um célebre poema, de carácter histórico, o *Uruguay*; desde Santa Rita Durão, autor do *Caramuru*, «o poema mais brasileiro que possuímos», dizem Silvio Romero e João Ribeiro, até Tomás António Gonzaga, o Dirceu, em cujas *Liras* tão maviosamente vibra o seu amor a *Marília*; desde a «Escola mineira», academia de letrados perdida no sertão aurífero, como diz Gilberto Amado, até à «Sociedade Literária», fundada no Rio de Janeiro, em 1786, à «Academia dos Esquecidos», da Baía, à «Arcádia Ultramarina», do Rio, e a várias outras agremiações de ilustres poetas e prosadores, de que ainda hoje o Brasil muito justificadamente se orgulha.

É em tôdas essas múltiplas manifestações da sua extraordinária vitalidade, que tanto se traduz na bravura com que defende o seu território, como se revela nos vivos lampejos de uma já valiosa produção literária, que o povo brasileiro começa a justificar as suas aspirações de independência. E, de facto, tudo ia rapidamente encaminhando o Brasil para a sua definitiva emancipação.

Finda o século, que foi um dos mais interessantes da história do Brasil, e estamos nos primeiros anos do século XIX. É Portugal envolvido na grande tormenta desencadeada em toda a Europa pelo imperialismo napoleónico. As tropas de Junot invadem o território português e é na véspera de chegarem a Lisboa que D. João VI, alarmado pelo seu rápido avanço, embarca precipitadamente para o Brasil, na noite de 28 para 29 de Novembro de 1807. Êste súbito êxodo da corte com o seu numerosíssimo séquito, pulando desordena-

damente para as galeotas que da praia os deviam levar, envoltos nas sombras da noite, para as naus já prontas a partir, quando às portas de Lisboa não tardaria muito que se ouvisse o tropel das fôrças invasoras, foi por muito tempo considerado como uma vergonhosa fuga, até que Oliveira Lima, reabilitando a memória dêsse infeliz monarca, deu politicamente a essa retirada o seu alto e verdadeiro significado. O próprio Oliveira Martins, fazendo-se eco da opinião corrente, diz no 2.^o volume da sua *História de Portugal* que «o príncipe decidira que o embarque se fizesse de noite por ter a consciência da vergonha da sua fuga». Mas Oliveira Lima, encarando com superior critério êsse importantíssimo facto, importante não só pelo que êle em si representa, mas pelas suas ultteriores conseqüências, diz, e diz muito bem:

«Colocando o Oceano entre si e o maior dos conquistadores, o soberano português agiu não só de acôrdo com as regras da mais elementar prudência, desde o momento que lhe faltavam os meios de se opor à invasão, mas aconselhado por uma acertada política, o que lhe permitiu ser, de todos os príncipes reinantes da Europa, o único que escapou à sorte que o Imperador habitualmente reservava às velhas dinastias, às monarquias de direito divino. E, além do mais, manteve intacta a autonomia e a integridade dos seus domínios».

E podemos acrescentar que D. João VI não só manteve intacta essa autonomia, como deu em parte à invasão napoleónica uma bem justificada e oportuna réplica, conquistando e anexando ao Brasil a colónia francesa da Guiana, em 1809, embora oito anos mais tarde se visse obrigado a restituí-la.

De resto, quando D. João VI transferiu a côrte portuguesa para o Rio de Janeiro, não era apenas porque ali iria encontrar um seguro refúgio contra os perigos que o ameaçavam, mas talvez no firme propósito de ir fundar, no Brasil, um novo e grande Império. «A côrte de Portugal levanta a

sua voz do novo Império que vai criar»; são estas as suas palavras num manifesto às potências, em 1 de Maio de 1808. Fazendo do Rio de Janeiro a sede da monarquia, D. João VI tinha certamente em vista realizar o que a D. João IV já fôra aconselhado pelo padre António Vieira, e a D. João V por D. Luís da Cunha.

Aludindo a todos êsses factos vertiginosamente desencadeados, logo a seguir à invasão francesa, diz o estilista insigne e eminente pensador brasileiro, Euclides da Cunha, que êles tiveram, como uma das suas mais memoráveis conseqüências, lançar em terra brasileira o único estadista capaz de a transfigurar («Da Independência à República», no *Á margem da História*.)

E, na verdade, é deveras surpreendente que, no curto espaço de tempo de alguns pouquíssimos anos, êle conseguisse dar ao Brasil, numa série de inúmeras reformas e novas organizações, todo o sólido arcabouço de uma verdadeira e grande nação.

Cria o Desembargo do Paço e o Supremo Conselho Militar, funda a Academia de marinha e a de guerra, assim como o Arquivo Militar, abre bancos de crédito, organiza o ensino superior, cria uma Escola de medicina e uma outra de educação artística, funda uma Biblioteca Nacional e uma Imprensa Régia, de onde saem, entre outras notáveis publicações, o *Dicionário da língua portuguesa*, de Moraes, a *Corografia brasileira*, de Aires Casal, e os *Anais do Rio de Janeiro*, de Baltasar Lisboa; funda a *Gazeta do Rio*, órgão oficial, que marca o início do jornalismo no Brasil, dá começo a um Jardim Botânico, decreta o livre exercício de tôdas as indústrias; franqueia ao comércio de tôdas as nações os portos do Brasil; e, finalmente, criados os Tribunais Supremos e abolida a apelação para os Tribunais portugueses, estava *ipso facto* rôto o único laço de ordem jurídica que ainda ligava a colónia à metrópole, no que respeita aos di-

reitos individuais. E, como coroamento dêste fecundo trabalho de remodelação e organização, é o Brasil elevado à categoria de *Reino Unido*, com Portugal e Algarve (16 de Dezembro de 1915).

«Analisando mais detidamente esta administração — diz Euclides da Cunha — ver-se-ia que aquela figura histórica, tão deselegante e vulgar de D. João VI, lançou todos os fundamentos essenciais do seu destino».

Da mesma opinião é um outro ilustre brasileiro (e portanto igualmente insuspeito) o Dr. Assis Chateaubriand, que num excelente artigo — *O Brasil político e social* — publicado no número da *Nacion*, de Buenos Aires, em homenagem ao Brasil, por ocasião do centenário da Independência, diz de D. João VI o seguinte:

«A presença do monarca português no Rio de Janeiro consegue para o Brasil o que não conseguiu nenhum dos libertadores hispano-americanos — nem Bolívar, nem San Martín. Salva, com efeito, a unidade política da América Portuguesa, a qual, sem a presença do monarca, se teria fragmentado numa série de republiquetas secundárias, entregues à fúria de governos acaudilhados e irresponsáveis. A translação da monarquia dos Braganças para o Brasil pôs em mãos do príncipe regente o poder de síntese e de equilíbrio das forças dispersas da nacionalidade; polariza, na capital do Império, a agitação autonomista, conferindo a D. João VI a missão providencial de disciplinador das tendências divergentes que surgiam aqui e ali, batalhando pela independência. Assim, quando o imperador se retira atendendo ao chamamento da Junta Revolucionária de Lisboa, estava consumada a obra».

De regresso a Portugal, deixa D. João VI o Brasil a 26 de Abril de 1821, ficando no Rio de Janeiro, como regente, seu filho primogénito D. Pedro. E, quando êste príncipe, a 7 de Setembro de 1822, do alto da colina do Ipiranga, em

S. Paulo, solta o famoso brado — «Independência ou morte!» — já a autonomia do Brasil estava quási, por assim dizer, consumada: autonomia económica, com a abertura dos portos brasileiros ao comércio de tôdas as nações; autonomia jurídica, com o alvará de 10 de Maio de 1808, que transformava a Relação do Rio de Janeiro em Casa de Suplicação do Brasil, para ali terminarem, em última instância, todos os pleitos entre indivíduos. É assim que a solene aclamação de D. Pedro I, a 12 de Outubro de 1822, não foi mais do que uma simples formalidade com que o Brasil festivamente sancionou a sua definitiva autonomia política.

A Independência do Brasil fêz-se portanto muito gradativamente, por uma lógica seqüência de factos e mais por decretos e alvarás do que a ferro e fogo, como nas antigas colónias espanholas da América, que só à custa de sangrentas lutas contra a metrópole, é que afinal conseguiram a sua tão ambicionada autonomia. «A separação de Portugal e Brasil — diz Oliveira Lima — só teve que arcar com a nobre resistência do general Madeira, na Baía, depressa vencida. O mais consistiu em amuos, ameaças e ajustes de interesses».

Meus senhores, tem-se dito que a emancipação das colónias inglêsas da América do Norte, em 1783, muito suggestivamente agiu, no coração dos brasileiros, para nêle reactivar o sentimento da independência. E é certo. Mas não há dúvida que o que mais contribuiu para antecipar a data da separação, criando entre brasileiros e portugueses as mais funestas incompatibilidades, foi a desastrosa e injustificável attitude das côrtes portuguesas, em 1820, para com os deputados brasileiros, que, nas suas propostas de artigos adicionais à Constituição e relativas ao regimen administrativo e político do Brasil (que nem sequer foram admitidas à votação), julgavam ter encontrado uma fórmula conciliatória na base de *uma bem entendida união de Portugal e Brasil*.

Dêste assunto mais detidamente me ocupo no meu livro *Uma Confederação Luso-Brasileira*.

Não deixarei no entanto de aqui repetir que a atitude das côrtes portuguesas era a que mais convinha aos interesses da diplomacia inglesa, absolutamente contrária a uma união, sob qualquer aspecto, de Portugal e Brasil. As razões porque a ela se opunha a Inglaterra deu-as muito acertadamente o então encarregado de negócios em S. Petersburgo, Luís António de Abreu Lima, numa nota dirigida, em Agôsto de 1823, ao Conde de Nesselrode, ministro de Estado do Império Russo, para que, contrabalançando a acção da Inglaterra, conciliatòriamente interviesse na questão com o Brasil.

«Ainda que não pudesse demonstrar-se com o raciocínio o interesse da Inglaterra na emancipação do Brasil e no desmembramento da monarquia portuguesa, não seria possível pô-lo em dúvida pela evidência dos factos... O Reino-Unido português, na sua integridade — dizia êsse ilustre e sagaz diplomata — possuindo posições muito vantajosas nas quatro partes do mundo, quer se considerem politicamente como pontos marítimos e militares, quer se encarem pelo lado comercial, *pode algum dia prejudicar o sistema de domínio dos mares e do comércio exclusivo, que a Inglaterra prossegue sem descanso, e que determina o carácter essencial da sua política*. Na mesma hipótese perderá a Inglaterra em Portugal um aliado forçadamente dócil e submisso a tôdas as suas vontades; arriscar-se há também a ter um rival temível no seu comércio das Índias Orientais. *A divisão do Reino-Unido, e especialmente a separação absoluta do Brasil e dos outros Estados da monarquia portuguesa, evitará à Inglaterra os perigos remotos que acabamos de apontar*».

Não me deterei, meus senhores, em apreciar, neste ponto, a atitude da Inglaterra, assim como a acção da sua astuta diplomacia para que D. João VI deixasse o Brasil, onde — a julgarmos pelo seu manifesto às potências, de 1 de Maio

de 1808, como já tive a ocasião de o dizer — êle pretendia formar um *novo e grande Império*. Mas não deixarei de lembrar que, poucos meses antes da independência, houve também um momento em que D. Pedro pensou em seguir o exemplo do pai. Foi quando recebeu de Lisboa ordens formais para dar immediata execução a uma lei votada pelas côrtes a 13 de Janeiro de 1822, extinguindo os Tribunais Supremos, criados por D. João VI, e reduzindo a Casa de Suplicação a uma Relação Provincial. Com esta lei e outras vexatórias medidas regressaria o Brasil, se o Príncipe regente as sancionasse, ao antigo regímen de sujeição colonial. E foi, hesitante entre a obediência às ordens recebidas e o que lhe sugeriam talvez, um pouco de acôrdo com o seu próprio sentimento, a justificada emoção e os rumores de revolta que essas ordens despertaram no Brasil, que D. Pedro chegou a fazer aprontar um navio para o seu regresso a Portugal. É neste momento que intervém, conjuntamente com outros ilustres brasileiros, mas entre todos destacando-se a prestigiosa figura de José Bonifácio de Andrada e Silva, brasileiro nato, mas que nas escolas e institutos scientificos de Portugal educou e formou o seu espirito e onde também firmou, em vários ramos das sciências naturais, a sua reputação de sábio eminentíssimo. Diplomado nesta Universidade pelas faculdades de Direito e de Filosofia, onde depois regeu a cadeira de Mineralogia, José Bonifácio desempenhou com o maior brilho, ao serviço do govêrno português, algumas importantes missões scientificas, tanto no reino, como no estrangeiro. Foi secretário da nossa Academia das Sciências; e o seu amor a Portugal êle o atestou alistando-se nas nossas fileiras, contra a invasão francesa. Com o ter sido o principal obreiro da emancipação do Brasil, não perde a sua memória os títulos que tão merecidamente a impõem à nossa veneração. Como qualquer de nós, em idênticas circunstâncias, José Bonifácio não se esqueceu, como não devia es-

quecer, que êle era, mais que tudo, brasileiro. E, como brasileiro, êle veio a ser no Brasil o mais fervoroso e eficiente apóstolo da Independência, como tal agindo junto do príncipe regente, não só dissuadindo-o de regressar ao Reino e de dar cumprimento às ordens recebidas, mas pouco depois como seu ministro e principal conselheiro.

Nove anos se passam e D. Pedro I, sucumbindo aos embates de uma anarquizante agitação política e de uma tumultuária indisciplina militar, que já se ia alastrando pelas províncias, e também a pretexto de que lhe cumpria ir a Portugal defender contra seu irmão D. Miguel os direitos de sua filha, D. Maria II, ao trono português, resolveu abdicar a 7 de Abril de 1831, e, na manhã do dia 13 do mesmo mês, parte para o Reino, em companhia da Imperatriz, a bordo de uma nau inglesa.

Com a abdicação de D. Pedro I, e, como o seu filho primogénito não estivesse ainda em idade de reinar, várias regências se sucedem, sendo a mais digna de nota a do senador Padre Diogo António Feijó, que, a despeito da sua extraordinária energia e do seu fino tacto político, não conseguiu dominar por completo a crise revolucionária em que se debatia a nação, até que, a 23 de Junho de 1840, declarada a maioria, ainda antes de admitida a idade fixada pela Constituição, é D. Pedro II proclamado imperador do Brasil, e no trono se conserva durante quasi meio século. Faltou-lhe apenas um ano.

Teve o Império, além de outros menos sangrentos combates com algumas nações vizinhas, como o de 1851 contra o ditador Rosas, duas grandes, duas verdadeiras guerras, em que se cobriu de glória o exército brasileiro, a de 1825-27, no reinado de D. Pedro I, contra a Argentina, e anos depois contra o Paraguai, de 1864 a 1870, no reinado D. Pedro II. Nesta última guerra, um oficial da Armada brasileira, o almirante Francisco Manuel Barroso, português, nascido em Lisboa, realiza

a bordo da fragata *Amazonas*, na batalha do Riachuelo, um dos mais brilhantes feitos da história militar do Brasil.

Reinou D. Pedro II, como já tive ocasião de o dizer, por um longo espaço de 49 anos, durante os quais, grandes e rápidos progressos realizou o Brasil, que muito ficou devendo ao espírito liberal, ao esclarecido patriotismo e à inconcussa probidade política e pessoal dêsse bom monarca, que se gabava de ser o mais democrata de todos os brasileiros, mas cujas virtudes e méritos não foram o bastante para, contra uma inteligente e activa propaganda republicana, lhe garantirem o trono, que era afinal o único de todo o vasto continente americano. E — facto aparentemente estranho e paradoxal — foi ainda um acto de humanidade e benemerência, e que constitui um dos maiores títulos de glória do segundo reinado — a abolição da escravatura — que, ferindo os interesses dos grandes agricultores pela falta de braços com que ia lutar a lavoura, não pouco contribuiu para acelerar a queda da monarquia. E, se não, vejamos. É de 13 de Maio de 1888 o decreto abolindo definitivamente a escravidão e a 15 de Novembro de 1889, sem maior abalo, e muito prontamente, como numa rápida mutação de cenário, sucede ao Império a República. E para esta súbita mudança de regímen bastou apenas uma pequena demonstração de fôrça, por parte de uma das brigadas da guarnição militar da capital, comandada pelo marechal Deodoro da Fonseca, e que inicialmente só tinha em vista derrubar um ministério, do qual o exército recebera alguns sérios agravos, para que, sem se disparar um tiro, caísse por terra, com o ministério, a monarquia. É que, já mal equilibrada sôbre um solo desde muito minado por uma activa propaganda republicana, uma simples aragem revolucionária foi o suficiente para que ela, de vez, desabasse. E dois dias depois de proclamada a República, a 17 de Novembro de 1889, conservando-se a cidade na mais absoluta calma, sem manifestações de regosijo mas também

sem qualquer atitude de protesto, embarca para o exílio, a bordo do *Alagoas*, tôda a família imperial. E em menos de dois anos morreu no Pôrto a Imperatriz, e, em Paris, o Imperador.

Meus senhores, chegado a êste ponto da minha conferência eu creio ter-vos dito o bastante para vos mostrar quanto o Brasil tem muito rápida mas muito seguramente evoluído, sem grandes desvios na sua trajectória e mantendo a sua perfeita unidade, ao contrário do que succedeu com a América espanhola, fragmentada num grande número de pequenas repúblicas.

Recapitulando: descobrimento e posse; regímen colonial tributário e feudal; instalação da côrte portuguesa no Brasil, pouco depois elevado à categoria de Reino-Unido; independência da colônia; império de D. Pedro I e de D. Pedro II; e, por último, República federal presidencialista.

Ao contrário do que succedeu com outras nações da América latina, que bruscamente transitaram de um regímen feudal e de dependência colonial para um regímen *soit disant* democrático, sob a forma republicana, mas que ainda por alguns anos se mantiveram sujeitas à tirania dos caudilhos, teve o Brasil, como período de transição, uma realeza tolerante, uma *democracia coroada*, como a denominou o general argentino Mitre, e que, respeitando a tradição e sem reformas violentas, não só mantém a unidade da nação, como vai, pela lógica dos próprios acontecimentos, tornando possível a República.

E a liberdade, de que actualmente goza, não a obteve o Brasil como immediata consequência de uma Constituição ideal, mas como o previsto resultado de um longo trabalho de preparação. Não faltaram no Brasil, como em todos os países latinos, êsses irreductíveis sonhadores de utopias e de perfeições doutrinárias que, desconhecendo as exigências do momento, as condições do meio e a psicologia do povo a que

pertencem, não raras vezes comprometem, com legislações intempestivas de uma ideologia abstracta, o justo equilibrio de qualquer organismo, político ou social. A essa perturbadora ou inoportuna acção opôs sempre o Brasil um princípio —o da autoridade.

Depois de, com a maior imparcialidade, ter pôsto em confronto a evolução das duas Américas latinas, a espanhola e a portuguesa, diz um muito ilustre publicista e antigo diplomata peruano, F. Garcia Calderon:

«O imperador que abdica, símbolo de um passado majestoso, prepara a República. Foi liberal em ideas, protector das sciências, filósofo amável. Favorecendo a transformação intelectual do Brasil, entregou à crítica dos liberais a sua própria autocracia. Abolindo a escravatura, enfraqueceu o poder da oligarquia reinante. Destruindo privilégios e unindo as classes opostas, criou enfim uma democracia. O Império representa, na América dividida, a autoridade tutelar».

.....

«Nas outras repúblicas sul-americanas a anarquia destruiu a unidade e impediu a cristalização das classes sociais. No Brasil, as revoluções sucedem-se sob a Regência; os chefes militares brigam o poder, mas existe contra a desordem uma autoridade permanente inviolável. O imperador é o caudilho dos caudilhos, chefe dos chefes; a Constituição justifica em parte o seu despotismo. Sem a violar, impõe com ministérios conservadores uma paz durável e lentas reformas. Contra o César inflexível luta uma democracia agitada; arranca-lhe certos previlégios e conquista-lhe liberdades limitadas até ao nascimento da República, termo previsto da evolução política e social. O rigor do princípio da autoridade poupou ao Brasil essa perpétua crise revolucionária de que têm sido vitimas outras nações americanas».

Nestes dois breves trechos do seu livro, *Les démocraties latines d'Amérique*, esboça Garcia Calderon a largos, mas bem vincados traços, a história e a crítica da evolução brasileira, desde o período colonial à proclamação da República.

Nêles se mostram quanto foram nocivos, na América espanhola, estes bruscos saltos de uma política despótica e de um regímen de sujeição a um regímen radical de soberania democrática, sem as prudentes transições que vão gradualmente fixando, na consciência popular, a noção dos seus direitos com a correspondente compreensão dos seus deveres, políticos e sociais.

Um outro ilustre autor hispano-americano, e, como tal, igualmente insuspeito, Luís Alberto Herrera, do Uruguay, chega às mesmas conclusões no seu belo livro, *La Révolution française et l'Amérique du Sud*, onde demonstra quanto foi prejudicial às antigas colônias espanholas do Novo Continente o terem-se lançado «ofuscadas pela conquista da sua independência territorial nas especulações filosóficas as mais descabeladas e nas quais ainda persistem, a-pesar-das delusões que lhes trouxeram êsses mesmos excessos doutrinários em países de cultura atrasada, completamente estranhos à verdade do sufrágio, ao exercício elementar da soberania, e que só possuíam uma liberdade illusória, a cada momento em conflito com as oligarquias audazes, mas vulgares e ambiciosas».

E é êste o modo de pensar da grande maioria dos modernos publicistas sul-americanos, dentre os quais se destacam, além dos já citados, dois eminentes brasileiros, Oliveira Lima, nas suas conferências, na Sorbonne, sôbre a *Formação histórica da nacionalidade brasileira*, e Oliveira Viana, num seu admirável estudo (embora um pouco pessimista) sôbre *O idealismo na evolução política do Império e da República*, e o hispano-americano, Carlos Vilanova, no

seu livro, *La Monarquia en América; Bolívar y el general San Martín*.

Escapou a essas precipitadas e violentas transformações a nacionalidade brasileira, que assim viu garantida a sua unidade, e que, por uma lenta, mas segura evolução, tornou efectivo e viável um régimen de liberdade e democracia.

Meus senhores, substituiu o Brasil a uma monarquia parlamentar e unitária uma República presidencial federativa, e escuso dizer — seria ridículo — aos que, neste recinto, me dão a honra de me ouvir, porque melhor o sabem do que eu, as diferenças que existem entre uma República presidencial, como a dos Estados Unidos do Norte e a dos Estados-Unidos do Brasil, e uma República parlamentar, como a nossa.

Bastaria dizer-vos que sob o régimen republicano, proclamado a 15 de Novembro de 1889, vai o Brasil, mais aceleradamente do que nunca, proseguindo na sua marcha para o futuro, manifestando, em todos os campos em que a sua extraordinária vitalidade e a sua inquebrantável energia se exercem, a bem justificada esperança de vir um dia a ser uma das mais ricas e das mais prestigiosas nações do mundo.

E ainda na adopção dêsse régimen presidencialista que concede ao Chefe do Estado uma mais directa interferência no governo da nação e portanto uma mais exacta consciência das responsabilidades do seu alto cargo, mostra o Brasil como continua cioso dêsse princípio de autoridade, que tem sido até hoje uma das principais condições do seu progresso e uma das melhores garantias da sua completa unidade. Não quer isto dizer que não haja no Brasil alguns espíritos que, alarmados pelo excesso de poderes de que se acha investido o Presidente da República, se não tenham manifestado em favor de uma revisão da Constituição, com o fim de restringir um pouco êsses poderes, mas não por forma a restabelecer, na sua integridade, o régimen parlamentar, que alguns, no

entanto, julgam mais de acôrdo com as tradições políticas e até mesmo com a psicologia do povo brasileiro.

«Seja porém como fôr — diz o ilustre jurista brasileiro, Dr. Plínio Barreto (*A cultura jurídica no Brasil*), — haja ou não haja procedência nas críticas que se fazem ao pacto constitucional, críticas que talvez acertassem mais sôbre os homens que o executam, do que sôbre o espírito que o anima, a verdade é que êle tem assegurado ao povo brasileiro o gôzo de tôdas as liberdades e facilitado, no país, o êxito de grandiosas iniciativas utilitárias».

Aos parlamentaristas pergunta um dos mais eminentes e dos mais acatados jurisconsultos brasileiros, o Dr. Pedro Lessa, há poucos anos falecido, antigo professor da Faculdade de Direito de S. Paulo e antigo ministro do Supremo Tribunal Federal:

«Que espírito observador descobriu jâmais qualquer laço entre o presidencialismo e os nossos inegáveis vícios eleitorais, a fraude e a corrupção? Que razão temos para crer que no sistema parlamentar os chefes políticos procedam correctamente, respeitando os rudimentos da moral pública, nas eleições de qualquer espécie? Não será a necessidade vital da maioria parlamentar, para a conservação de um governo, razão freqüente de mais censuráveis ardis eleitorais? A irresponsabilidade do chefe da nação de um lado, e do outro a responsabilidade do gabinete coberta por políticos destituídos dos necessários atributos morais e intelectuais, concorreriam no sistema parlamentar para tornar irremediáveis, e como que para sancionar, todos os defeitos eleitorais de que nos acusamos». (*O preconceito das reformas constitucionais*, na *Revista do Brasil*, de Abril de 1917.)

Tem sido esta, meus senhores, a orientação da política brasileira em matéria constitucional. Vejamos agora o espírito de conciliação e tolerância que, no Brasil, presidiu à lei da separação das Igrejas e do Estado, decretada pelo go-

vêrno provisório em 7 de Janeiro de 1890, menos de dois meses depois de proclamada a República e um ano antes de votada a Constituição. Essa lei, que reconhece a tôdas as Igrejas e Confissões religiosas a sua personalidade jurídica, e lhes garante a posse dos seus templos e de todos os seus bens temporais, é da iniciativa do grande jurisconsulto brasileiro, Rui Barbosa, que integralmente a concebeu e redigiu. Tão admirável pelo espírito liberal que revela, como pela extraordinária concisão e clareza com que, a contento de tôdas as crenças, conseguiu resolver, no Brasil, o momentoso problema das relações entre a Igreja e o Estado, compreende apenas os sete seguintes artigos:

Artigo 1.^o — É proibido à autoridade federal, assim como à dos Estados federados, expedir leis, regulamentos, ou actos administrativos, estabelecendo alguma religião, ou vedando-a, e criar diferenças entre os habitantes do país, ou nos serviços sustentados à custa do orçamento, por motivo de crenças, ou opiniões filosóficas ou religiosas.

Art. 2.^o — A tôdas as confissões religiosas pertence por igual a faculdade de exercerem o seu culto, regerem-se segundo a sua fé e não serem contrariadas nos actos particulares ou públicos, que interessem o exercicio dêste decreto.

Art. 3.^o — A liberdade aqui instituída abrange não só os indivíduos nos actos individuais, se não também as igrejas, associações e institutos em que se acharem agremiados, cabendo a todos o pleno direito de se constituírem e viverem colectivamente segundo o seu credo e a sua disciplina, sem intervenção do poder público.

Art. 4.^o — Fica extinto o padroado com tôdas as suas instituições, recursos e prerrogativas.

Art. 5.^o — A tôdas as igrejas e confissões religiosas se reconhece a personalidade jurídica para adquirirem bens e os administrarem, sob os limites postos pelas leis concer-

nentes à propriedade de mão morta, mantendo-se a cada uma o domínio de seus haveres actuais, bem como dos seus edifícios de culto.

Art. 6.^o — O govêrno federal continua a prover à congrua e sustentação dos actuais serventuários do culto católico e subvencionará por um ano as cadeiras dos seminários, ficando livre a cada Estado o arbítrio de manter os futuros ministros dêsse ou de outro culto, sem contravenção do disposto nos artigos antecedentes.

Art. 7.^o — Revogam-se as disposições em contrário.

Numa conferência realizada na Baía, a 22 de Fevereiro de 1893, declarou Rui Barbosa em tão eloquentes palavras, que não me furtarei ao prazer de, em parte, vo-las reproduzir, que a lei brasileira da separação tem a sua fonte nas mesmas virtudes de onde nasceu a Constituição brasileira: no exemplo dos Estados-Unidos. «O povo americano, cujos antepassados — disse o eminente jurisconsulto — transpuseram o Atlântico para sacudir a tirania da igreja oficial, é moral e politicamente um produto da liberdade religiosa. As páginas da sua história, a mais grandiosa dêste século, foram para nós, os autores da Constituição republicana e autores do decreto de 7 de Janeiro, a escritura santa das aspirações do mundo moderno. Ai haurimos, com a sciência das formas do novo regímen, a intuição do espírito que o anima, na pátria de Lincoln: a liberdade fortalecida pelo espírito religioso, o espírito religioso expandindo-se clarificado no seio da liberdade. O decreto de 7 de Janeiro, a constituição de 24 de Fevereiro não são conquista do positivismo. Não! um e outro descendem da liberdade cristã, que dos Estados-Unidos irradia esplendorosamente sôbre o universo. Uma projecção dêsse foco, refractando sôbre nós, fecundou a nossa educação política e alumiou o 15 de Novembro».

E pouco depois diz ainda Rui Barbosa:

«O padre deixou de ser o funcionário poderoso do es-

tado, perdeu o apoio exterior, a segurança oficial, o orçamento; mas ganhou o que vale mais que tudo: a independência moral; e, graças a ela, o seu rebanho, num país de origens protestantes, numera hoje dez milhões de almas».

Meus senhores, como os Estados-Unidos, assim o entende o Brasil, cuja lei de separação reconhecendo todos os direitos do livre pensamento, do mesmo modo que expressamente proíbe que se promulguem leis destinadas a estabelecer uma religião oficial, assim também se opõe a que se prescreva ou recuse o exercício público de um qualquer culto. Com esta emancipação religiosa, como já o fêz notar J. V. Lastarria nas suas magníficas *Lições de Política Positiva*, coincide, em todos os países em que ela tem sido inteligentemente compreendida e praticada, um maravilhoso progresso das crenças, o que prova que a liberdade a mais completa, em vez de prejudicar, ainda mais avigora o espírito religioso. É o que igualmente se deduz das estatísticas do livro de Maurice Block sobre a *Europa política e social*. O que é certo é que, nesse bem compreendido regimen de separação, não existe no Brasil nem a menor sombra ou ameaça de uma questão religiosa. Dir-se-ia que os brasileiros, fazendo o que Paul Deschanel pedia que se fizesse em França, resolveram, por consenso unânime, eliminar dos seus dicionários a palavra *intolerância*. E é tal, por parte de governantes e governados, o espírito de tolerância e respeito pela liberdade de consciência, que ainda há pouco, num dos primeiros dias do ano em que estamos, a turma de 1924 dos novos guarda-marinhas da Armada brasileira, seguindo uma tradição ainda em prática, nas escolas militar e naval, fêz muito solenemente benzer as suas espadas junto ao altar de N. S. da Vitória, da Igreja de Santo Inácio, do Rio de Janeiro, assistindo a essa cerimónia religiosa altos representantes do Exército, almirantes e oficiais superiores da mari-

nha de guerra brasileira, sem que ninguém, no público ou na imprensa, contra essa cerimónia erguesse o menor protesto.

Quão digno de ser imitado nalguns países que nós bem conhecemos, êsse altíssimo e nobre espírito de tolerância e de respeito pelas crenças alheias, seja qual fôr o Deus ou a religião que as inspire, e sejam quais forem as suas manifestações cultuais.

Meus senhores, como já tive a ocasião de vos dizer, foi votada a Constituição a 21 de Fevereiro de 1890 e logo depois eleito presidente da República o marechal Deodoro da Fonseca e vice-presidente o marechal Floriano Peixoto. Mas as rivalidades, que não tardaram a declarar-se entre os dois chefes republicanos e alguns actos praticados pelo marechal Deodoro e que o incompatibilizaram, não só com os próprios ministros, mas até mesmo com o Congresso (que êle acabou por dissolver), deram ocasião a que se esboçassem vários movimentos de protesto, que, secundados por uma parte da Armada, sob o comando do almirante Custodio José de Melo, levaram o marechal Deodoro a resignar o seu cargo, passando a presidência ao marechal Floriano Peixoto. De tudo isto resultou uma forte agitação política na qual os monárquicos, que assistiram sem a menor resistência à proclamação da República, julgaram encontrar oportunidade para umas primeiras tentativas de restauração monárquica. Com uma implacável energia, Floriano Peixoto domina tôdas essas revoltas, que, no Rio Grande Sul, assumem as proporções de uma verdadeira guerra civil. Consolida-se a República; mas, com o triunfo das fôrças legais, inicia-se no Brasil um verdadeiro período de caudilhismo militar, que poderia ser, como nas repúblicas centrais da América, das mais funestas conseqüências, se Prudente de Moraes, que succede, na presidência, ao marechal Floriano, não tivesse muito hábilmente restituído ao poder civil a sua devida supremacia, começando

por fazer votar pelo Congresso uma anistia a todos os insurrectos.

E, assim, desviando ou vencendo alguns obstáculos com que depara, vai o Brasil seguindo sempre o seu rumo. E pode-se mesmo dizer que a cada novo período presidencial, salvo alguns ligeiros eclipses, um novo progresso corresponde. Num momento de gravíssima crise, que era já quasi uma ameaça de banca-rôta, Campos Sales, assumindo o poder (a 15 de Novembro de 1898), restabelece as finanças do Brasil e firma o crédito da República no estrangeiro.

Vem depois Rodrigues Alves, que se propõe fazer do velho Rio de Janeiro uma cidade verdadeiramente moderna, com tôdas as condições de beleza e hygiene. E, sob a direcção de Prefeito Municipal do Rio, o eminente engenheiro Oliveira Passos, que traçara o plano dessa grandiosa transformação, iniciam-se, com um arrôjo verdadeiramente americano, os primeiros trabalhos. São rapidamente demolidas, na parte baixa da cidade, mais de seiscentas casas abrangendo uma superfície de 31.000 metros quadrados. E não tarda que de tôdas essas ruínas comecem a surgir, marginando novas e extensas avenidas, as primeiras belíssimas edificações. E — resultado verdadeiramente maravilhoso! — em menos de uma meia dúzia de anos é a velha cidade colonial, de ruas sombrias, tortuosas e estreitas, soberbamente transformada numa das mais belas capitais do mundo. Mas não bastava porque, se êsses melhoramentos materiais em grande parte contribuíram para o saneamento do Rio de Janeiro, assim diminuindo o coëficiente de mortalidade de um certo número de doenças, como o impaludismo, a tuberculose e a febre tifóide, não conseguiu no entanto pôr a grande capital ao abrigo das mortíferas epidemias de febre amarela, que periódicamente a assolavam. Continuava ainda em discussão no Brasil o empolgante problema da contagiosidade ou não contagiosidade da febre amarela, tornando-se

impossível um acôrdo entre contagionistas e não contagionistas, porque nem a doutrina hídrica por alguns invocada, nem a influência das altitudes, nem o suposto contágio directo erâm de natureza a projectarem um pouco de luz sôbre êsse ainda então obscuro capítulo da epidemiologia amarílica. Urgia portanto deslocar a questão para o terreno experimental, onde uma exacta observação dos factos, numa série de provas e contraprovas, conduzidas com todo o rigor científico, acabando por revelar, sem mais possíveis controvérsias, o segredo da transmissão da febre amarela, já então permitiria que, contra esta, se emprendessem, com as melhores esperanças de successo, as necessárias medidas de defesa.

Foi esta ingente mas gloriosa tarefa confiada à sciência, à energia e à especialíssima competência do eminente bacterologista e higienista brasileiro, Osvaldo Cruz. A teoria havanesa da transmissão da febre amarela por intermédio de um mosquito, que depois se averiguou ser o *stegomya fasciata*, teoria tão mal acolhida ao comêço, quando Finlay pela primeira vez a formulou, foi afinal definitivamente sancionada pelas experiências realizadas em S. Paulo, no Hospital de Isolamento, sob a superior direcção do eminente biologista e clínico brasileiro, Dr. Luís Pereira Barreto, e pelo Dr. Emílio Ribas, então director dos serviços sanitários do Estado de S. Paulo.

E é baseando-se no resultado dessas experiências, que Osvaldo Cruz, com um extraordinário espírito de decisão, com o mais meticuloso critério científico e com uma absoluta confiança nos resultados, dá início à sua campanha sanitária, e tão admiravelmente a conduziu, que chegou a acabar de vez com a febre amarela, não só no Rio de Janeiro, como noutros Estados do Brasil. Bastava êste facto, quando muitos outros não houvesse, para cobrir de glória a medicina brasileira e recomendar Osvaldo à posteridade, não só como

um grande sábio, mas como um verdadeiro benemérito da humanidade.

Mas prossigamos. Na presidência de Afonso Pena inicia-se a construção de novas estradas de ferro, e, entrẽ estas, a do Nordeste do Brasil, que, indo até às fronteiras da Bolívia, está certamente destinada a ligar o Pacífico ao Atlântico, através do território brasileiro.

A Afonso Pena sucedem-se, na presidência da República, Nilo Pessanha, Hermes da Fonseca, Venceslau Brás, Epitácio Pessoa, e, no actual quadriênio, o Dr. Artur Bernardes.

Mas, meus senhores, se me escasseia tempo, falta-me também autoridade para entrar numa mais detalhada apreciação da política interna seguida pelos diferentes presidentes que, no Brasil, se têm sucedido no poder, desde a proclamação da República até ao actual governo do Sr. Dr. Artur Bernardes.

No que, porém, mais especialmente se refere à política externa do Brasil, dois grandes nomes neste momento me acodem: o primeiro é o do antigo e benemérito secretário das relações exteriores da República Brasileira, Barão do Rio Branco, a cujo eficiente e zeloso patriotismo e habilíssima diplomacia deve o Brasil um considerável aumento do seu território. Tendo conseguido que fôsem submetidas à arbitragem várias questões litigiosas de delimitação de fronteiras com a França, com a Inglaterra, com a Holanda e com algumas nações vizinhas, tão seguramente se documentou e agiu em cada um dêsses diferentes casos, que o resultado foi ficar ao Brasil definitivamente garantida a posse, até então contestada, de uns setecentos e trinta e tantos mil quilómetros quadrados de superfície, o que representa, como território, alguma coisa mais do que a Alemanha, a Suíça, a Holanda, a Dinamarca e a Bélgica, reünidas.

O outro grande nome é o de Rui Barbosa, uma das mais

lídimas glórias do Brasil intelectual e que, em todos os campos em que exerceu a sua fecunda actividade — no poder, como membro do govêrno provisório, no parlamento, no fôro, na imprensa, na tribuna pública e na tribuna académica — em todos deixou, bem vincadas, as múltiplas feições do seu prodigioso talento.

Nomeado pelo Barão do Rio Branco para representar o Brasil na 2.^a Conferência internacional, reunida na Haia, em Maio de 1907, a fim de ali se estabelecerem as bases e condições (sete anos depois tão brutalmente violadas pela Alemanha) de uma duradoura paz universal, e vendo que se pretendia adoptar como critério, para a composição de um Tribunal Permanente de Arbitragem, o poder militar das grandes potências, logo Rui Barbosa se levanta, e, pugnando pelo princípio da igualdade de soberania de tôdas as nações, enèrgicamente reclama, para as mais pequenas e fracas, direitos e regalias iguais aos das grandes potências, na composição dêsse futuro tribunal. E, tão vigorosa foi a sua dialéctica e tão altiva e impressionante a sua eloquência, que êsse franzino brasileiro, que ali fizera muito despercebidamente a sua primeira entrada e ao comêço escutado com manifesta indiferença, não tardou que se impozesse ao respeito e à admiração de todos os seus colegas da Conferência, que à saída abriram alas para darem passagem (diz o jornalista inglês William Stead) à sua grandeza moral e ao seu maravilhoso génio. De igual brilho e igual prestígio para o Brasil foi a atitude de Rui Barbosa desde as primeiras horas da grande guerra. O seu famoso discurso na Universidade de Buenos Aires, discurso que foi o mais tremendo e vibrante protesto contra tôdas as violações do Direito e no qual, depois de profligar a indiferença dos neutros, a estes apontou o único caminho a seguirem, teve, não só na América, como na Europa, uma tão grande repercussão, que, numa das sessões do parlamento francês, o presidente, Paul Deschanel, pondo

em foco a nobre figura do eminente jurisconsulto brasileiro, declarou, por entre as aclamações da assembleia, que a data dêsse memorável discurso seria, em França e em tôdas as nações aliadas, uma *data histórica*. E nunca poderá também esquecer que foi ainda Rui Barbosa que, de pleno acôrdo com o sentimento nacional, já manifestado em vários Estados da União, em grande parte contribuiu para que o Brasil não se tivesse apenas limitado a quebrar a sua neutralidade em benefício exclusivo dos Estados-Unidos, mas, sobrepondo os interêsses humanos aos interêsses puramente continentais (creio terem sido estas as suas próprias palavras) e em completa solidariedade com tôdas as nações aliadas, declarasse, como veio a declarar, o estado de guerra com a Alemanha.

Meus senhores, teve sempre o Brasil — teve-a durante o Império e tem-na agora com a República — uma inteligente e hábil diplomacia, à qual muito deve o seu crescente prestígio internacional, prestígio a que a Sociedade das Nações deu um acentuado relêvo quando, pouco depois da guerra, elegeu para presidir aos trabalhos da sua Comissão executiva um diplomata brasileiro, o Dr. Gastão da Cunha, que era então Embaixador do Brasil em Paris.

Mas quer se trate da sua política interna, quer se trate da sua política externa, ou de quaisquer outras manifestações da sua sempre desperta e pujante vitalidade, o que nós vemos é que tudo se conjuga para que o Brasil venha em breve a ocupar, entre as principais nações, um dos primeiros lugares. Nesta mesma ordem de ideas um ilustre publicista francês, G. Lafond, num interessantíssimo estudo sôbre a *Evolução económica e financeira do Brasil*, publicado no *Journal des Économistes* (número de Junho de 1918), mostra como êsse progressivo e grande país, pondo em valor muitas das suas riquezas, até há pouco inexploradas, vai rapidamente caminhando para vir a ser, num próximo futuro, um dos maiores centros mundiais de produção. Só o que o Brasil realizou —

verdadeiros prodígios de iniciativa e energia — para acudir, durante a guerra, às exigências do seu consumo, seria já o bastante para justificar essas previsões optimistas.

Não podendo abastecê-lo os seus antigos fornecedores e reduzido aos seus próprios recursos, o Brasil, dando as mais exuberantes provas da sua extraordinária vitalidade e do seu alto e inteligente espírito empreendedor, instala novas indústrias, ensaia novas culturas e, elevando ao máximo a sua produção, procura e consegue atender, não só às suas próprias necessidades, como às de algumas nações beligerantes.

A sua exportação, que, antes da guerra, quasi que exclusivamente se limitava aos chamados productos coloniais — café, borracha, cacau, açúcar, tabaco, e pouco mais — já em 1917 consideravelmente se avoluma com novos produtos, entre os quais a carne, a batata, o feijão, o arroz e o milho. Êste último produto era a Argentina, o Uruguai e o Paraguai que lho forneciam, mas em 1917 é já o Brasil que vende à Inglaterra, à França e à Itália umas 24.000 toneladas.

Não menos prodigioso é o desenvolvimento da sua indústria pecuária, ocupando já o Brasil, na criação do gado, o segundo lugar. E note-se que, em 1913, não exportava um único quilo de carne, mas em 1915 já exporta 8.514 toneladas e, em 1917, 60.452 toneladas. A mesma rápida evolução se nota na exploração e indústria de alguns dos mais importantes minéreos, como a hulha, de que o Brasil possui ricas e extensas jazidas, que vão desde o Rio Grande do Sul até S. Paulo. E, como a hulha, o manganés de que o Brasil está sendo o principal produtor. E, finalmente, o ferro. Êste último minério possui-o o Brasil em tão excessiva abundância, que os mais autorizados técnicos não hesitam em dizer que, devidamente explorado, dará para alimentar, durante séculos, tôdas as usinas metalúrgicas do mundo.

Vejamos agora qual tenha sido, nestes últimos anos, o

movimento da balança comercial do Brasil. Para isso destacarei da mensagem apresentada, em 3 de Maio de 1924, ao Congresso Nacional, pelo actual presidente Dr. Artur Bernardes, os seguintes dados: No ano de 1923 a exportação atingiu a 73:184.000 libras, no valor de 3:297.033 contos (moeda brasileira), tendo-se a importação mantido em 50:613.000 libras, no valor de 2:270.437 contos. Apurou-se portanto um *superavit* de 22:571.000 libras, ou sejam 1:026.596 contos. «Este saldo — diz ainda a mensagem — é promissor e atesta a pujança das forças económicas do país. Significa que continua em ascensão o esforço da produção brasileira e a actividade do seu comércio de exportação. Em 1923 exportou o Brasil 2:230.450 toneladas contra 1:121.602, em 1922».

Ora, uma nação que assim afirma a sua pujança económica; com a sua crescente produção industrial e agrícola; com as suas quedas de água, que representam um potencial de energia hidro-eléctrica como nenhuma outra nação possui; com as inexauríveis riquezas do seu solo, a que não tarda que se juntem as que as suas vias férreas de penetração hão-de necessariamente drenar de algumas nações vizinhas, é uma grande nação com tão certos e seguros elementos de prosperidade material, que se pode desde já prever que, de aqui a bem poucas dezenas de anos, ela já esteja em condições de abastecer, com os seus produtos e matérias primas, todos os mercados do mundo.

E, acompanhando o seu progresso material, não são menos brilhantes, na literatura e na ciência, as múltiplas manifestações do génio brasileiro. Mas é este um outro assunto, com que não devo agora abusar da vossa atenção, mas de que possivelmente me ocuparei numa outra próxima conferência. Hoje, como logo de começo vos disse, apenas procurei dar-vos uma rápida idea das sucessivas e mais marcantes fases da evolução do Brasil, no exclusivo ponto de

vista político, social e económico; evolução que, rapidamente prosseguindo, sem grandes desvios na sua trajectória, bem atesta a alta competência, o fecundo espírito de iniciativa e o operante e inteligente patriotismo dos que têm tido em mãos os destinos dessa ainda juvenil, mas já hoje grande e prestigiosa nação. É não só grande e próspera nação, mas também belíssima, generosa e acolhedora terra, que é do outro lado do Atlântico uma nova e grande Lusitânia, que todos nós, portugueses, devemos, por tantos motivos, considerar como nossa segunda pátria.

E quem sabe se o Brasil, não apenas por estéreis considerações de ordem puramente sentimental, mas atendendo às crescentes exigências da sua expansão comercial e do seu concomitante desenvolvimento marítimo, e, sendo Portugal a única potência (a única, insisto) em condições de, para essa expansão, poder muito eficientemente contribuir com as suas numerosas e bem situadas colónias, em todos os mares e continentes — quem sabe, digo, se não estará próximo o dia em que as duas nações irmãs reconheçam afinal a necessidade de entre si estabelecerem uma estreita aliança, que, pela considerável soma de interesses, intra e extra continentais, destinada de parte a parte a acautelar, viria a ser, não já uma simples e aleatória aliança, mas, para todos os efeitos de política internacional, uma verdadeira *confederação*, que em nada cercearia (como perfeitamente sabem, e é bom não esquecermos) a absoluta e completa soberania de cada um dos dois Estados confederados.

Sobre este importante problema de que me tenho, desde há muitos anos, insistentemente ocupado, não só na imprensa portuguesa, como na imprensa brasileira, muito e muito haveria ainda a dizer, mas, como a hora já vai bastante adiantada, eu aqui terminarei, meus senhores, mas não sem primeiro agradecer a Sua Excelência, o Sr. Vice-Reitor desta Universidade, o seu honroso acolhimento, ao emi-

nente catedrático, e presidente do Instituto de Coimbra, o Ex.^{mo} Sr. Dr. Costa Lôbo, as amigáveis e lisongeiras palavras com que fêz há pouco a minha apresentação, como a todos os meus ilustres ouvintes igualmente agradeço, penhorado, a atenção com que me escutaram.

Dr. Sebastião Rodrigues